



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

CNPJ. (M.F.) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 - Fone (042)3915-1000 - CEP 84145-000 - Carambeí - Paraná

PROJETO DE LEI Nº 002/2011

CÂMARA MUNICIPAL
Secretaria

Protocolado sob nº 002/2011

Em 31/01/2011

SÚMULA: ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº. 12/97, QUE
INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Câmara Municipal de Carambeí aprovou e eu Prefeito Municipal sanciono a seguinte

Lei;

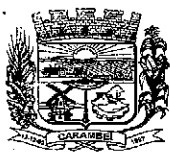
Art. 1º. Fica alterado o artigo 3º da Lei Municipal nº. 12/97, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde, aumentando o número de componentes e a distribuição entre as entidades representadas, passando a constar da seguinte forma:

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde será composto por 16 (dezesesseis) membros, distribuídos na forma a seguir:

- I) 50% de entidades de usuários;
- II) 25% de entidades dos trabalhadores de Saúde;
- III) 12,5% de representação de Governo,
- IV) 12,5% de prestadores de serviços privados.

Parágrafo único: A representação de órgãos ou entidades terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto de forças sociais, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. Poderão ser contempladas, as seguintes representações:

- a) de associações de portadores de patologias;
- b) de associações de portadores de deficiências;
- c) de entidades indígenas;
- d) de entidades filantrópicas de apoio à criança e ao adolescente;
- e) de movimentos sociais e populares organizados;
- f) movimentos organizados de mulheres, em saúde;
- g) de entidades de aposentados e pensionistas;
- h) de entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

CNPJ. (M.F.) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 - Fone (042)3915-1000 - CEP 84145-000 - Carambeí - Paraná

- i) de entidades de defesa do consumidor;
- j) de associações de moradores;
- k) de entidades ambientalistas;
- l) de organizações religiosas;
- m) de trabalhadores da área de saúde: associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe;
- n) da comunidade científica;
- o) de entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, e pesquisa e desenvolvimento;
- p) entidades patronais;
- q) de entidades dos prestadores de serviço de saúde;
- r) de Governo."

Art. 2º- Fica alterado o artigo 5º da Lei 12/97, passando a constar com o seguinte texto:

"Art. 5º - O mandato dos conselheiros será definido no Regimento Interno do Conselho, não devendo coincidir com o mandato do Governo Estadual, Municipal, do Distrito Federal ou do Governo Federal, podendo os conselheiros ser reconduzidos tantas vezes quanto necessárias, a critério das respectivas representações".

Art. 3º - O Conselho Municipal de Saúde deverá promover as alterações na sua composição, instituídas por esta Lei, na próxima Conferência Municipal de Saúde.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CARAMBEÍ,
EM 28 DE JANEIRO DE 2010.

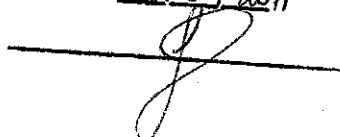

OSMAR RICKLI
Prefeito Municipal

ÚNICA VOTAÇÃO

31 / 01 / 2011


2º Secretário

APROVADO POR UNANIMIDADE
Em 31 / 01 / 2011





CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná
C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail: camaracarambei@br10.com.br

1

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 002/2011

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 12/97, QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor: PODER EXECUTIVO

O CHEFE DO PODER EXECUTIVO submete à apreciação desta Colenda Câmara, Projeto de Lei epigrafado que **"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 12/97, QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."**

Conforme se infere da justificativa que acompanha a Proposição em análise, o Chefe do Poder Executivo assinala que *"trata-se de projeto de lei que altera a composição do Conselho, adequando o número de membros para que possa haver paridade entre os vários segmentos da sociedade representados junto ao Órgão. Tal paridade somente pode ser alcançada com número suficiente a ser dividido por 08 (oito), em decorrência de que um dos segmentos representado por 12,5% dos membros, somente corresponde a um número inteiro quando se observa a razão de 08 (oito). Ademais, salienta-se que a composição do Conselho Municipal de Saúde é estabelecida pela Resolução nº 333, de 04 de novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde, cuja cópia segue em anexo"*.

Ademais, cumpre destacar que o art. 111 da Lei Orgânica do Município dispõe que as ações e os serviços de saúde realizados no Município integram uma rede regionalizada e hierarquizada constituindo o Sistema Único de Saúde no âmbito do Município, organizado de acordo com várias diretrizes, dentre elas: *"(...) participação em nível de decisão de entidades representativas dos usuários, dos trabalhadores de saúde e dos representantes governamentais na formulação, gestão e controle da política municipal e das ações de saúde através do Conselho Municipal de caráter deliberativo e paritário (...)"*.

Com estes fundamentos, a Proposição em exame está revestida dos critérios exigidos no tocante a constitucionalidade e legalidade, manifestando-se, esta **COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 002/2011, reservando-se o direito de opinar sobre o mérito por ocasião de sua deliberação pelo Soberano Plenário.

SALA DAS COMISSÕES, em 31 de janeiro de 2.011.


Vereador PATRÍCIA KREMER
Presidente


Vereador PEDRO IVO BUENO
Membro

Vereador ALCINDO DE J. VALENGA
Membro



CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Rua da Prata, 99 – Fone (42) 231-1668 CEP 84145-000 – Carambeí – Paraná

C.N.P.J. 01.613.766/0001-04 e-mail: camaracarambeí@br10.com.br

1

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL PARECER AO PROJETO DE LEI Nº 002/2011

**ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 12/97, QUE INSTITUI O
CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

Autor: PODER EXECUTIVO

O Chefe do Poder Executivo Municipal submete à apreciação desta Colenda Câmara, Projeto de Lei epigrafoado que **"ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 12/97, QUE INSTITUI O CONSELHO MUNICIPL DE SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**.

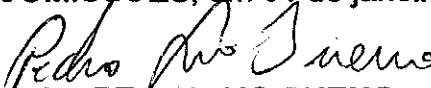
Regularmente despachado para a leitura, o Projeto de Lei, que ao ser autuado na Secretaria da Câmara Municipal recebeu o nº 02/2011, vem à esta Comissão Permanente a que compete a análise de mérito, conformidade com a Lei Orgânica do Município e o contido no Regimento Interno desta Casa de Leis.

Conforme se infere da justificativa que acompanha a Proposição em análise, o Chefe do Poder Executivo Municipal assinala, em síntese, que: *"trata-se de projeto de lei que altera a composição do Conselho, adequando o número de membros para que possa haver paridade entre os vários segmentos da sociedade representados junto ao Órgão. Tal paridade somente pode ser alcançada com número suficiente a ser dividido por 08 (oito), em decorrência de que um dos segmentos representado por 12,5% dos membros, somente corresponde a um número inteiro quando se observa a razão de 08 (oito). Ademais, salienta-se que a composição dos Conselho Municipais de Saúde é estabelecida pela Resolução nº 333, de 04 de novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde, cuja cópia segue em anexo"*.

Assim, não como deixar de reconhecer o mérito da Proposição em exame, a qual propõe alteração na legislação que trata da constituição do Conselho Municipal de Saúde, especialmente porque visa dar uma constituição paritária, conforme estabelece as diretrizes nacionais.

Por essas razões, a **COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, SAÚDE E E ASSISTÊNCIA SOCIAL**, reunida nesta data, manifesta-se pela aprovação do Projeto de Lei nº 02/2011.

SALA DAS COMISSÕES, em 31 de janeiro de 2.011.


Vereador PEDRO IVO BUENO
Presidente


Vereadora PATRICIA KREMER
Membro


Vereador INÁCIO POVAZ FILHO
Membro



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

C.G.C. (M.F.) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 - Fone (042) 3915-1000 - CEP 84145-000 - Carambeí - Paraná

PROJETO DE LEI Nº 009/2011

JUSTIFICATIVA

**SENHOR PRESIDENTE,
SENHORES VEREADORES**

Venho por meio deste apresentar projeto de lei para apreciação dos nobres membros do Poder Legislativo, que promove a alteração da Lei n. 12/1997, que instituiu o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências.

Trata-se de projeto de lei que altera a composição do Conselho, adequando o número de membros para que possa haver paridade entre os vários segmentos da sociedade representados junto ao Órgão. Tal paridade somente pode ser alcançada com número suficiente a ser dividido por 8 (oito), em decorrência de que um dos segmentos representado por 12,5% dos membros, somente corresponde a um número inteiro quando se observa a razão de 8 (oito).

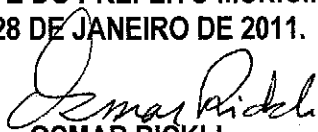
Ademais, salienta-se que a composição dos Conselhos Municipais de Saúde é estabelecida pela Resolução nº. 333 de 04 de Novembro de 2003, do Conselho Nacional de Saúde, cuja cópia segue em anexo.

A modificação na Lei Municipal se impõe por força da citada Resolução, bem como por exigência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que considerou a composição atual do Conselho Municipal de Saúde "não conforme".

Por fim, destaca-se que a atual Lei foi elaborada em data anterior à Resolução mencionada.

Isto posto, conclui-se que a aprovação do projeto é indispensável para a efetivação da participação da sociedade na execução da Política Municipal de Saúde.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL
EM 28 DE JANEIRO DE 2011.**


OSMAR RICKLI

PREFEITO MUNICIPAL

MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE

Resolução n.º 333, de 4 de novembro de 2003

Disque Saúde
0800 61 1997

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
www.saude.gov.br/bvs



Conselho
Nacional
de Saúde



Ministério
da Saúde



Brasília – DF
2009

ANEXO 6

Distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Conselho Nacional de Saúde

Esplanada dos Ministérios, bloco G, Edifício Anexo, ala B, 1.º andar, sala 104-B

CEP: 70058-900, Brasília – DF

Tels.: (61) 3315-2150/3315-2151

E-mail: cns@saude.gov.br

Home page: <http://conselho.saude.gov.br>

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

RESOLUÇÃO N.º 333, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2003

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS), em sua Centésima Trigésima Sexta Reunião Ordinária, realizada nos dias 3 e 4 de novembro de 2003, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e

Considerando os debates ocorridos nos Conselhos de Saúde, nas três esferas de Governo, na X Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, nas Plenárias Regionais e Estaduais de Conselhos de Saúde, na 9ª, na 10ª e na 11ª Conferências Nacionais de Saúde, e nas Conferências Estaduais, do Distrito Federal e Municipais de Saúde;

Considerando a experiência já acumulada do Controle Social da saúde e reiteradas demandas de Conselhos Estaduais e Municipais referentes às propostas de composição, organização e funcionamento dos Conselhos de Saúde, conforme § 5º, inciso II, artigo 1º, da Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990;

Considerando a ampla discussão da Resolução do CNS nº 333/92 realizada nos espaços de Controle Social, entre os quais se destacam as Plenárias de Conselhos de Saúde;

Considerando o objetivo de consolidar, fortalecer, ampliar e acelerar o processo de Controle Social do SUS, por intermédio dos Conselhos Nacional, Estaduais, Municipais, das Conferências de Saúde e das Plenárias de Conselhos de Saúde; e

Considerando que os Conselhos de Saúde, consagrados pela efetiva participação da sociedade civil organizada, representam um pólo de qualificação de cidadãos para o Controle Social nas demais esferas da ação do Estado.

RESOLVE:

Aprovar as seguintes DIRETRIZES PARA CRIAÇÃO, REFORMULAÇÃO, ESTRUTURAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE SAÚDE:

DA DEFINIÇÃO DE CONSELHO DE SAÚDE

Primeira Diretriz: Conselho de Saúde é órgão colegiado, deliberativo e permanente do Sistema Único de Saúde (SUS) em cada esfera de Governo, integrante da estrutura básica do Ministério da Saúde, da Secretaria de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, com composição, organização e competência fixadas na Lei nº 8.142/90. O processo bem-sucedido de descentralização tem determinado a ampliação dos Conselhos de Saúde que ora se estabelecem também em Conselhos Regionais, Conselhos Locais, Conselhos Distritais de Saúde, incluindo os Conselhos Distritais Sanitários Indígenas, sob a coordenação dos Conselhos de Saúde da esfera correspondente. O Conselho de Saúde consubstancia a participação da sociedade organizada na administração da Saúde, como Subsistema da Seguridade Social, propiciando seu controle social.

Parágrafo único. Atua na formulação e proposição de estratégias e no controle da execução das Políticas de Saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros.

DA CRIAÇÃO E REFORMULAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

Segunda Diretriz: A criação dos Conselhos de Saúde é estabelecida por lei municipal, estadual ou federal, com base na Lei nº 8.142/90.

Parágrafo único. Na criação e reformulação dos Conselhos de Saúde o poder executivo, respeitando os princípios da democracia, deverá acolher as demandas da população, consubstanciadas nas conferências de saúde.

DA ORGANIZAÇÃO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

Terceira Diretriz: A participação da sociedade organizada, garantida na Legislação, torna os Conselhos de Saúde uma instância privilegiada na proposição, discussão, acompanhamento, deliberação, avaliação e fiscalização da implementação da Política

de Saúde, inclusive em seus aspectos econômicos e financeiros. A legislação estabelece, ainda, a composição paritária de usuários, em relação ao conjunto dos demais segmentos representados. O Conselho de Saúde será composto por representantes de usuários, de trabalhadores de saúde, do governo e de prestadores de serviços de saúde, sendo o seu Presidente eleito entre os membros do Conselho, em Reunião Plenária.

I - O número de conselheiros será indicado pelos Plenários dos Conselhos de Saúde e das Conferências de Saúde, devendo ser definido em Lei.

II - Mantendo ainda o que propôs a Resolução nº 33/92 do CNS e consoante as recomendações da 10ª e da 11ª Conferências Nacionais de Saúde, as vagas deverão ser distribuídas da seguinte forma:

- a) 50% de entidades de usuários;
- b) 25% de entidades dos trabalhadores de saúde;
- c) 25% de representação de governo, de prestadores de serviços privados conveniados, ou sem fins lucrativos.

III - A representação de órgãos ou entidades terá como critério a representatividade, a abrangência e a complementaridade do conjunto de forças sociais, no âmbito de atuação do Conselho de Saúde. De acordo com as especificidades locais, aplicando o princípio da paridade, poderão ser contempladas, dentre outras, as seguintes representações:

- a) de associações de portadores de patologias;
- b) de associações de portadores de deficiências;
- c) de entidades indígenas;
- d) de movimentos sociais e populares organizados;
- e) movimentos organizados de mulheres, em saúde;
- f) de entidades de aposentados e pensionistas;
- g) de entidades congregadas de sindicatos, centrais sindicais, confederações e federações de trabalhadores urbanos e rurais;
- h) de entidades de defesa do consumidor;
- i) de organizações de moradores;
- j) de entidades ambientalistas;
- k) de organizações religiosas;

- l) de trabalhadores da área de saúde: associações, sindicatos, federações, confederações e conselhos de classe;
- m) da comunidade científica;
- n) de entidades públicas, de hospitais universitários e hospitais campo de estágio, de pesquisa e desenvolvimento;
- o) entidades patronais;
- p) de entidades dos prestadores de serviço de saúde;
- q) de Governo.

IV - Os representantes no Conselho de Saúde serão indicados, por escrito, pelos seus respectivos segmentos entidades, de acordo com a sua organização ou de seus fóruns próprios e independentes.

V - O mandato dos conselheiros será definido no Regimento Interno do Conselho, não devendo coincidir com o mandato do Governo Estadual, Municipal, do Distrito Federal ou do Governo Federal, sugerindo-se a duração de dois anos, podendo os conselheiros serem reconduzidos, a critério das respectivas representações.

VI - A ocupação de cargos de confiança ou de chefia que interfiram na autonomia representativa do conselheiro, deve ser avaliada como possível impedimento da representação do segmento e, a juízo da entidade, pode ser indicativo de substituição do conselheiro.

VII - A participação do Poder Legislativo e Judiciário não cabe nos Conselhos de Saúde, em face da independência entre os Poderes.

VIII - Quando não houver Conselho de Saúde em determinado Município, caberá ao Conselho Estadual de Saúde assumir, junto ao executivo municipal, a convocação e realização da 1ª Conferência Municipal de Saúde, que terá como um de seus objetivos a criação e a definição da composição do Conselho Municipal. O mesmo será atribuído ao CNS, quando da criação de novo Estado da Federação.

IX - Os segmentos que compõem o Conselho de Saúde são escolhidos para representar a sociedade como um todo, no aprimoramento do Sistema Único de Saúde (SUS).

X - A função de Conselheiro é de relevância pública e, portanto, garante sua dispensa do trabalho sem prejuízo para

o conselheiro, durante o período das reuniões, capacitações e ações específicas do Conselho de Saúde.

DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CONSELHOS DE SAÚDE

Quarta Diretriz: Os Governos garantirão autonomia para o pleno funcionamento do Conselho de Saúde, dotação orçamentária, Secretaria Executiva e estrutura administrativa.

I - O Conselho de Saúde define, por deliberação de seu Plenário, sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal conforme os preceitos da NOB de Recursos Humanos do SUS.

II - As formas de estruturação interna do Conselho de Saúde voltadas para a coordenação e direção dos trabalhos deverão garantir a funcionalidade na distribuição de trabalhos deverão conselheiros e servidores, fortalecendo o processo democrático, no que evitará qualquer procedimento que crie hierarquia de poder entre conselheiros ou permita medidas tecnocráticas no seu funcionamento.

III - A Secretaria Executiva é subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão.

IV - O orçamento do Conselho de Saúde será gerenciado pelo próprio Conselho de Saúde.

V - O Plenário do Conselho de Saúde que se reunirá, no mínimo, a cada mês e, extraordinariamente, quando necessário, funcionará baseado em seu Regimento Interno já aprovado. A pauta e o material de apoio às reuniões devem ser encaminhados aos conselheiros com antecedência. As reuniões plenárias são abertas ao público.

VI - O Conselho de Saúde exerce suas atribuições mediante o funcionamento do Plenário, que, além das comissões intersetoriais, estabelecidas na Lei nº 8.080/90, instalará comissões internas exclusivas de conselheiros, de caráter temporário ou permanente, bem como outras comissões intersetoriais e grupos de trabalho para ações transitórias. Grupos de trabalho poderão contar com integrantes não conselheiros.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

DIRETORIA DE CONTAS MUNICIPAIS

TRIBUNAL DE CONTAS
Res. 432

D.C.M.

Comentários adicionais da análise técnica:

Avaliação das respostas ao questionário de Atuação da Saúde e do Conselho Municipal de Saúde elaborado pelo respectivo colegiado, referentes aos seguintes itens:

6. Quanto aos membros titulares que compõem o Conselho Municipal, foi observado que:

Fonte do critério: Lei nº 8.142/90, art. 1º § 5º; Res. 33/92; e Res. 333/03, dir. 3ª, II. Representação paritária: 50% usuários; 25% trabalhadores em saúde; 25% prestadores de serviço (público e privado)

Questão 6.2. A composição do Conselho Municipal de Saúde apresenta número insuficiente de membros como representantes dos profissionais de saúde (25%), em relação ao total de conselheiros.

8. Quanto à procedência do Presidente do Conselho Municipal de Saúde, deve-se apontar que:

Fonte do critério: Res. 33/92; e Res. 333/03, dir. 3ª, VII. Legislação local.

Recomendação: não há restrição, mas considera-se desejável que seja o Gestor da Saúde, de modo a facilitar a implementação das decisões do colegiado:

Questão 8.7. O Presidente do Conselho pertence ao quadro de Entidade Religiosa.

Questão 8.9. O Presidente do Conselho pertence ao quadro de Sociedade Civil não ligada ao ramo da saúde e não pertencente ao terceiro setor.

Questão 8.10. O Presidente do Conselho é profissional liberal ou autônomo.

10. No que respeita à interação e articulação com a Administração local, observa-se que:

Fonte do critério: Lei nº 8.080/90, Lei nº 8.142/90, art. 1º § 2º; Lei nº 8.689/93, art. 12, Res. 33/92; e Res. 333/03, dir. 4ª, Res. 354/05, Portaria MS nº 363/06, Portaria MS nº 699/06, item 7.1

Questão 10.10. A Lei Orçamentária do exercício NÃO consigna créditos orçamentários para o regular funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

Questão 10.11. As despesas de programas da saúde NÃO estão livres de contingenciamentos.

16. Quanto à execução da Programação Anual de Saúde, observar que:

Fonte do critério: Constituição Federal, art. 195, §§1º e 2º, Lei nº 8.080/90, arts. 15, X; 35, V, 36, Lei nº 8.142/90, art. 1º § 2º; Res. 33/92; e Res. 333/03, dir. 5ª, XII. Portaria MS nºs 3.332 e 3.085/06, art. 4º, Portaria MS nº 699/06.

Questão 16.1. A programação anual de saúde e sua execução NÃO seguiram as diretrizes estabelecidas na Portaria nº 2.047, de 05 de novembro de 2002, do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

C.N.P.J. (M.F.) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 - Fone (042) 3915-1000 - CEP 84145-000 - Carambeí - Paraná

Ofício nº09/11 – ASJUR

Carambeí, 28 de Janeiro de 2011.

Prezado Senhor Presidente

Venho por meio desta, encaminhar para a devida apreciação o projeto de lei em anexo, que altera a Lei Municipal nº. 12/1997 e dá outras providências.

Requer-se a inclusão do referido projeto na Pauta da Sessão Extraordinária a realizar-se na data de 31/01/2011, dada a urgência de adequação do Conselho Municipal de Saúde às exigências impostas pela Resolução 333 do Conselho Nacional de Saúde e Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Sendo o que se apresenta para o momento, sirvo-me de ensejo para renovar manifestações de respeito e considerações.

Atenciosamente,



OSMAR RICKLI
PREFEITO MUNICIPAL

ILMO. SR.

JOÃO ESMAEL PENTEADO

M.D. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ

Carambeí – PR

CÂMARA MUNICIPAL DE CARAMBEÍ
Setor do Protocolo
Protocolo sob nº 022/2011
Em 28/01/11 às 9:04

10 int.

CNPJ: (MF) 01.613.765/0001-60

Rua das Águas Marinhas, 450 - Telefone: (42) 231-1866 - CEP: 84145-000 - Carambeí - Paraná